



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
DOS DIREITOS HUMANO - SEAD
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DE MATO GROSSO DO SUL

256ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 27 de março de 2025

Horário: 08h30

1. Posse dos membros da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), representantes dos municípios indicados pelo COEGEMAS:

Foram empossados os membros titulares e suplentes do COEGEMAS/MS na Comissão Intergestores Bipartite de Mato Grosso do Sul (CIB/MS), conforme a NOB/SUAS/2012 e a Resolução SEAD Nº 111/2025. Algumas representantes justificaram ausência, sendo substituídas por suplentes. Todos os empossados foram saudados com boas-vindas.

2. Nova forma de repasse do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS):

A partir de 2025, os repasses serão feitos pelo Sistema Agiliza SUAS e BB Gestão Ágil, com novas exigências de preenchimento correto dos dados no Rede SUAS/MS. Foi destacada a necessidade de padronização, transparência e agilidade, e alertado que municípios que não finalizarem seus planos até março podem perder repasses. Também foi reforçada a obrigatoriedade de usar e prestar contas dos recursos antigos exclusivamente pela Rede SUAS/MS.

3. Monitoramento da Rede SUAS:

Foi destacado e a importância do monitoramento e avaliação na assistência social para garantir a efetividade das políticas, com foco na gestão estratégica e integrada. Apresentaram dados atualizados da Rede Socioassistencial de MS e enfatizado o papel dos trabalhadores. Informaram que o monitoramento estadual começará em abril, priorizando municípios sem visitas técnicas ou com denúncias.

4. Calendário de eventos e capacitações do 1º semestre de 2025:

Foi ressaltado a importância da formação continuada alinhada à realidade local, com participação ativa dos municípios no planejamento. Destacando o papel dos profissionais da assistência como sustentadores dos serviços e a necessidade de respeitar seu bem-estar. Informou sobre cursos EAD no Portal da Escola e eventos do Observatório com foco em temas sociais relevantes.

5. Sistema de informação para Infância e Adolescência (SIPIA), Módulo SINASE:

Foi informada a implementação do novo módulo SINASE no sistema SIPIA, ampliando seu uso para medidas socioeducativas em meio aberto, geralmente executadas pelos CREAS. A SEAD já assinou o termo de aceite e está na fase de capacitação, com formação realizada em Brasília. Em breve, gestores municipais serão convidados para discutir a operacionalização visando qualificar e integrar os serviços.

6. Aprovação do Resumo Executivo da 255ª Reunião Ordinária da CIB/MS:

A Ata foi aprovada e pactuada por unanimidade.

7. Programa Energia Zero (INCLUSÃO):

A Presidente do Coegemas informou que foi protocolado ofício à SEAS relatando dificuldades com o Programa Energia Zero e solicitando a lista de pessoas "invisíveis" nos municípios. O objetivo é identificar quem está na busca ativa do Mais Social, dando mais clareza ao público a ser atendido.

8. Serviços Regionalizados (INCLUSÃO):

Foi relatado que a demanda nos municípios supera a capacidade das vagas adquiridas pelo Estado junto às OSCs. Reforçou-se a necessidade de o Estado também ofertar diretamente os serviços, para ampliar o alcance e garantir mais atendimentos.

9. Encaminhar as pautas das reuniões da CIB com antecedência (INCLUSÃO):

A justificativa é que os municípios precisam de tempo hábil para se organizarem, especialmente no que diz respeito à liberação de diárias e à disponibilidade de técnicos para participar das reuniões.

10. Repasse do link da Live – SIAFIC (INCLUSÃO):

Solicitaram que a capacitação sobre o novo sistema SIAFIC seja reaplicada, devido à divulgação em cima da hora. Foi informado pela mesa, que a Live teria sido divulgada com antecedência por vários meios de comunicação.

Informes Gerais:

-Novos Programas do Governo de Estado: Programa de Apoio à Mulher Trabalhadora e Chefe de Família; alteração a redação Programa Cuidar de Quem Cuida e Programa Recomeços;

Foi apresentado o *Programa de Apoio à Mulher Trabalhadora Chefe de Família*, que oferecerá R\$600 por filho para mães solas em situação de vulnerabilidade incluírem seus filhos em creches privadas. O objetivo é facilitar o retorno ao trabalho ou aos estudos, com base em pesquisa de campo. Um decreto com orientações será publicado, e um projeto piloto já está em andamento com apoio ao EJA;

Foi alterado o critério de renda do *Programa Cuidar de Quem Cuida* para até ¼ do salário mínimo per capita, com busca ativa para inclusão de novos beneficiários. Agora é permitido acumular o benefício com o Mais Social Cesta Indígena e o MS Supera. As mudanças visam atender melhor famílias em situação de múltiplas vulnerabilidades;

Foi apresentada a proposta do *Programa Recomeços*, que prevê auxílio de um salário mínimo por até seis meses para mulheres vítimas de violência acolhidas pela Casa Abrigo, com possibilidade de prorrogação. Filhos de vítimas de feminicídio também poderão ser beneficiados. A entrada será via CREAS, que fará o acompanhamento e encaminhamentos.

-Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA);

Foi informado aos municípios, especialmente aos CRAS, que a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) está

disponível digitalmente no site da SEAD e no app MS Digital. Recomenda-se articulação com instituições de apoio ao autismo para facilitar cadastros, e abril é o mês de conscientização sobre o TEA, com incentivo a campanhas locais.

-Conferências de Direitos Humanos 2025;

Foi destacado a importância da Conferência Nacional de Direitos Humanos em dezembro de 2025, com a etapa estadual marcada para agosto em Campo Grande e as municipais entre abril e maio. Ressaltou o papel estratégico da Assistência Social na organização e sugeriu uma abordagem regionalizada, lembrando que a última conferência estadual foi há dez anos.

-Conferências dos Direitos da Pessoa Idosa 2025;

Devido a atrasos e ausência de conselhos municipais, serão organizadas conferências regionais até junho, com a Conferência Estadual prevista para agosto e a Nacional para novembro. Cidades-polo foram definidas para sediar os eventos, podendo haver ajustes conforme necessidade. Foi reforçada a importância da colaboração e participação dos municípios.

-Lançamento do SISC;

Foi publicada portaria que estabelece critério mínimo de 25% de acompanhamento das metas para repasses, mas muitos municípios enfrentam dificuldades de acesso ao sistema devido a problemas técnicos. Destacou-se a importância de atenção à portaria e à regularização junto à equipe técnica, que oferece suporte remoto. Também foi ressaltada a necessidade de atualizar o sistema CADSUAS, pois muitos CRAS ainda não têm coordenador registrado.

-Termo de Adesão do Cadastro Único do PBF;

Reforçou-se a importância da adesão dos municípios ao Programa Bolsa Família, com prazo até 30 de junho para assinatura do termo pelo prefeito. Apenas 66 municípios concluíram o processo; muitos ainda têm pendências no preenchimento de dados ou na confirmação do sistema. A equipe está disponível para apoiar, especialmente em transições de gestores ou coordenadores.